OS DESAFIOS DO AGRO FRENTE À REFORMA TRIBUTÁRIA



TIRSO DE SALLES MEIRELLES

Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)

A REFORMA tributária em discussão no Congresso brasileiro – que busca simplificar o sistema fiscal e unificar tributos como o Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Serviços (ISS) em um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual – tem gerado intensos debates no setor agropecuário. O impacto sobre o agronegócio, que desempenha papel fundamental na economia do País, pode ser significativo, especialmente porque o setor historicamente conta com uma série de benefícios fiscais e regimes diferenciados.

Um dos principais pontos de preocupação que tem movimentado entidades como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e a FAESP é o aumento da carga tributária sobre insumos e operações, que poderia comprometer a competitividade do setor.

Atualmente, o agronegócio brasileiro beneficia-se de isenções e alíquotas reduzidas, especialmente em tributos como o ICMS sobre insumos agrícolas e a exportação de produtos do setor, que é desonerada. A nova proposta, no entanto, sugere a tributação ampla de bens e serviços em todas as etapas da cadeia produtiva, o que poderia afetar diretamente o custo dos insumos agrícolas, como fertilizantes, defensivos e maquinário. Esse aumento nos custos de produção pode diminuir a margem de lucro dos produtores, especialmente os pequenos e médios, que já enfrentam dificuldades de acesso a crédito e variabilidade climática.

Outro impacto significativo diz respeito à tributação das exportações do agronegócio. O Brasil é um dos maiores exportadores de *commodities* agrícolas do mundo, como soja, milho, carne bovina e café. Se a reforma alterar o tratamento fiscal sobre exportações, especialmente a possível reoneração de produtos, a competitividade internacional do setor pode ser prejudicada. Isso porque os produtos brasileiros podem ficar mais caros no mercado internacional, o que poderia beneficiar concorrentes de outros países e diminuir a fatia de mercado brasileira.

São Paulo, como forma de se antecipar, sinalizou mudanças nas regras do ICMS a partir de janeiro próximo. A FAESP reuniu quatro dezenas de entidades e criou um Grupo de Trabalho (GT) para pedir a revisão da decisão. Como há um período de transição para a reforma tributária, a decisão paulista, certamente, afetaria a competitividade dos produtores, onerando os custos e fazendo com que muitas empresas procurassem outros estados onde os incentivos permanecerão. Além de enviar ofício ao governador pontuando os principais riscos, uma reunião com o secretário da Secretaria Estadual da Fazenda ajudou a esclarecer ainda mais o impacto dessa antecipação sobre o setor agropecuário paulista.

A transição para o novo sistema pode ser desafiadora. Muitos produtores temem que a mudança possa ser implementada de maneira abrupta, sem o tempo necessário para adaptação. Além disso, há incertezas sobre como os créditos tributários gerados na compra de insumos e no processamento de produtos agrícolas seriam compensados ao longo da cadeia produtiva. Caso não haja uma compensação adequada e transparente, os produtores podem sofrer com aumento de custos e redução da rentabilidade.

Há um longo e árduo caminho a percorrer, principalmente no que se refere ao imposto seletivo, à cesta básica e à alíquota, reivindicando-se efetivamente o zero para a garantia da segurança alimentar. Por outro lado, ainda há questões paralelas fundamentais, como o tratamento das cooperativas e dos biocombustíveis ou, ainda, o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) relativo às aeronaves e máquinas agrícolas. Ainda que tenhamos vencido algumas batalhas na discussão anterior à aprovação, é preciso fechar o cerco em termos de isenção para não onerar o pequeno produtor também no que se refere às exportações. ■